

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	191.725
Preferenciais	0
Total	191.725
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	817.334	718.721
1.01	Ativo Circulante	86.621	16.939
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	73.186	5.656
1.01.03	Contas a Receber	10.502	9.448
1.01.03.01	Clientes	10.502	9.448
1.01.06	Tributos a Recuperar	376	147
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	376	147
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.881	1.064
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	676	624
1.01.08.03	Outros	676	624
1.01.08.03.01	Outros créditos	676	624
1.02	Ativo Não Circulante	730.713	701.782
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.677	5.770
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.356	0
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	8.356	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.315	4.832
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.315	4.832
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	938
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6	0
1.02.03	Imobilizado	18.534	16.832
1.02.04	Intangível	699.502	679.180
1.02.04.01	Intangíveis	699.502	679.180

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	817.334	718.721
2.01	Passivo Circulante	48.293	401.271
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.047	1.723
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.047	1.723
2.01.02	Fornecedores	8.877	4.731
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.154	1.999
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.154	1.999
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.154	1.999
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.272	373.337
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.385	373.337
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.385	373.337
2.01.04.02	Debêntures	7.887	0
2.01.05	Outras Obrigações	11.864	12.198
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	439	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	439	0
2.01.05.02	Outros	11.425	12.198
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.713	1.713
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	480	507
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	9.232	9.978
2.01.06	Provisões	10.079	7.283
2.01.06.02	Outras Provisões	10.079	7.283
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	0	837
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção	542	0
2.01.06.02.06	Provisão para construção de obras futuras	9.537	6.446
2.02	Passivo Não Circulante	564.065	120.225
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	422.810	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	44.307	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	44.307	0
2.02.01.02	Debêntures	378.503	0
2.02.02	Outras Obrigações	127.830	107.196
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	127.830	107.196
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	127.791	107.196
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	39	0
2.02.03	Tributos Diferidos	7.031	4.788
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.031	4.788
2.02.04	Provisões	6.394	8.241
2.02.04.02	Outras Provisões	6.394	8.241
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	3.781	3.196
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	2.479	4.957
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	134	88
2.03	Patrimônio Líquido	204.976	197.225
2.03.01	Capital Social Realizado	191.725	191.725
2.03.01.01	Subscrito	191.725	191.725
2.03.04	Reservas de Lucros	5.500	5.500
2.03.04.01	Reserva Legal	361	361
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	5.139	5.139

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.751	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	65.119	122.421	63.261	138.535
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.309	-68.648	-39.753	-94.881
3.03	Resultado Bruto	26.810	53.773	23.508	43.654
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.918	-7.423	-4.469	-9.402
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.917	-7.421	-4.474	-9.407
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1	-2	5	5
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.892	46.350	19.039	34.252
3.06	Resultado Financeiro	-20.078	-34.663	-16.202	-33.060
3.06.01	Receitas Financeiras	1.212	12.879	169	1.033
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.290	-47.542	-16.371	-34.093
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.814	11.687	2.837	1.192
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-915	-3.936	-991	-539
3.08.01	Corrente	186	-1.176	-521	-802
3.08.02	Diferido	-1.101	-2.760	-470	263
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.899	7.751	1.846	653
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.899	7.751	1.846	653
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03999	0,03999	0,01321	0,00467

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.485	17.924
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	62.336	45.078
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	11.687	1.192
6.01.01.02	Depreciação e amortização	9.383	7.543
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	596	1.372
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários	-33	0
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	38.923	19.329
6.01.01.06	Constituição/atualização monetária de provisão para contingências e depósitos judiciais	40	13.874
6.01.01.07	Provisão para manutenção	957	1.174
6.01.01.08	Atualização da provisão para manunteção	783	594
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.851	-27.154
6.01.02.01	Clientes	-1.054	-560
6.01.02.02	Despesas antecipadas	121	2.320
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-229	0
6.01.02.04	Outros créditos	-52	703
6.01.02.05	Fornecedores	4.146	-2.698
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	155	-136
6.01.02.07	Obrigações sociais	324	843
6.01.02.10	Juros pagos	-12.503	-27.376
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.013	4
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-746	-254
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.003	-69.630
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-32.003	-69.630
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	49.048	-25.823
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-8.323	0
6.03.02	Captação de debêntures	357.305	0
6.03.03	Captação de notas promissórias	0	348.257
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	50.020	0
6.03.05	Aporte de capital	0	119.000
6.03.06	Pagamento de notas promissórias	0	-348.257
6.03.07	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-371.000	0
6.03.08	Pagamento de credor pela concessão	-27	-142.422
6.03.09	Empresas relacionadas	21.073	-2.401
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	67.530	-77.529
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.656	80.667
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	73.186	3.138

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.751	0	7.751
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.751	0	7.751
5.07	Saldos Finais	191.725	0	5.500	7.751	0	204.976

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.725	0	0	-2.477	0	18.248
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.725	0	0	-2.477	0	18.248
5.04	Transações de Capital com os Sócios	119.000	0	0	0	0	119.000
5.04.01	Aumentos de Capital	119.000	0	0	0	0	119.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	653	0	653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	653	0	653
5.07	Saldos Finais	139.725	0	0	-1.824	0	137.901

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	130.681	145.556
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	130.681	145.556
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-58.314	-88.721
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-53.986	-83.006
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.328	-5.715
7.03	Valor Adicionado Bruto	72.367	56.835
7.04	Retenções	-9.383	-7.543
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.383	-7.543
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	62.984	49.292
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.879	1.039
7.06.02	Receitas Financeiras	12.879	1.033
7.06.03	Outros	0	6
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	75.863	50.331
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	75.863	50.331
7.08.01	Pessoal	8.373	8.026
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.972	6.627
7.08.01.02	Benefícios	1.138	1.122
7.08.01.03	F.G.T.S.	263	277
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.197	7.560
7.08.02.01	Federais	7.434	3.515
7.08.02.03	Municipais	4.763	4.045
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.542	34.092
7.08.03.01	Juros	23.894	19.982
7.08.03.03	Outras	23.648	14.110
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.751	653
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.751	653

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia

Resultados do 2T11 e 1S11:

Margem EBITDA de 45,5% no 1S11

Itaquaquecetuba, 9 de agosto de 2011 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre (2T11) e primeiro semestre de 2011 (1S11). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2010 (2T10) primeiro semestre de 2010 (1S10).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 1S11 foi de R\$ 122.421 mil, redução de 11,6% em relação ao 1S10 devido à menor Receita de Construção no período.
- O EBITDA foi de R\$ 55.736 mil no 1S11, resultando Margem EBITDA de 45,5%.

Destques (em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Tráfego Total - milhares de eixos equivalentes	20.000	17.610	13,6%	39.795	31.489	26,4%
Tarifa Média ¹	2,30	2,20	4,6%	2,30	2,42	-4,9%
Receita líquida	65.119	63.261	2,9%	122.421	138.535	-11,6%
Lucro líquido	1.898	1.846	2,8%	7.751	653	n.m
EBITDA ²	27.678	22.888	20,9%	55.736	41.791	33,4%
Margem EBITDA	42,5%	36,2%	-32,7 p.p	45,5%	30,2%	15,2 p.p
Capex	22.328	27.262	-18,1%	32.002	69.630	-54,0%
Dívida Líquida	-	-	-	354.540	347.075	4,6%

¹ em Reais

² EBITDA = Receita Líquida - Custo dos Serviços Prestados - Desp. Gerais e Administrativas + Depreciação e Amortização

Comentário do Desempenho

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante cobrança de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável pela administração do Corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

ANÁLISE DO RESULTADO

RECEITA BRUTA

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 1S11 totalizou R\$130.681.

Receita Bruta (em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Receitas de Pedágio	46.043	38.769	18,8%	91.626	76.258	20,2%
Receitas Acessórias	2.001	3.482	-42,5%	4.195	5.282	-20,6%
Receita de Construção ICPC-01	21.214	24.640	-13,9%	34.860	64.016	-45,5%
Total	69.258	66.891	3,5%	130.681	145.556	-10,2%

No 1S11, a receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 70,1% da receita bruta.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

Comentário do Desempenho

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, é a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 34.860 mil no 1S11, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em veículos equivalentes pagantes no 2T11 e 1S11:

Volume de Tráfego (Veículos equivalentes pagantes x mil)	2T		Var.	1S		Var.
	2T11	2T10		1S11	1S10	
Passeio	12.984	11.883	9,3%	26.404	20.271	30,3%
Comercial	7.016	5.727	22,5%	13.391	11.219	19,4%
Total	20.000	17.610	13,6%	39.795	31.489	26,4%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao tráfego total em veículos equivalentes pagantes, no 1S11 66,3% corresponderam ao tráfego de veículos de passeio e 33,7% corresponderam aos veículos comerciais.

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente, da concessionária.

Tarifa Média (em RS/ veículo equivalente pagante)	2T		Var.	1S		Var.
	2T11	2T10		1S11	1S10	
Ecopistas	2,30	2,20	4,6%	2,30	2,42	-4,9%

Nota: o cálculo da Tarifa Média é realizado através da média ponderada das tarifas médias da concessionária.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas totalizaram R\$ 76.068 mil no 1S11, representando 62,1% da receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Pessoal	4.308	3.865	11,5%	8.373	8.026	4,3%
Conservação e manutenção	2.660	2.155	23,4%	4.780	5.036	-5,1%
Serviços de terceiros	4.375	4.296	1,8%	8.970	9.223	-2,7%
Poder concedente e seguros	2.039	2.418	-15,6%	4.045	4.766	17,5%
Depreciação e amortização	4.785	3.857	24,1%	9.383	7.542	24,4%
Provisão manutenção ICPC 01	518	587	-11,8%	955	1.174	-15,2%
Custo de construção de Obras ICPC 01	21.214	24.639	-13,9%	34.860	64.015	-45,5%
Outros	2.326	2.413	-3,7%	4.702	4.506	3,4%
TOTAL	42.225	44.230	-4,5%	76.068	104.289	-27,1%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

EBITDA

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação) no 1S11 atingiu R\$ 55.736 mil com margem de 45,5%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2T11	2T10	1S11	1S10
Receita Líquida	65.119	63.261	122.421	138.535
Custo	(42.225)	(44.230)	(76.068)	(104.289)
Depreciação e Amortização	4.785	3.857	9.383	7.542
EBITDA	27.679	22.888	55.736	41.788
Margem EBITDA	42,5%	36,2%	45,5%	30,2%

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1S11 foi negativo em R\$ 34.663 mil, sendo que 68,9% referem-se aos juros apropriados no semestre e 42,1% referem-se variação monetária sobre financiamento.

Resultados Financeiro						
(em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Juros sobre debêntures	(8.279)	-	-12,4%	(14.056)	-	-
Juros sobre financiamentos e notas promissórias	(501)	(9.450)	-97,4%-	(9.838)	(19.329)	-49,1%-
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(11.291)	-	-	(14.593)	-	-
Variação monetária sobre direito de outorga	7.211	(5.785)	-224,6%	-	(13.874)	-100,0%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(391)	(297)	31,7%	(783)	(594)	31,9%
Outros efeitos financeiros	(8.032)	(839)	n.m	(8.266)	(230)	n.m
Receita sobre aplicação financeira	1.206	169	n.m	12.873	967	n.m
TOTAL	(20.077)	(16.202)	-43,5%	(34.663)	(33.060)	4,8%

RESULTADO DO PERÍODO

A Companhia apresentou, no 1S11, lucro líquido de R\$ 7.751 mil.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2011, a dívida líquida da Companhia somava R\$ 354.540 mil.

Endividamento					
(em milhares de R\$)	30/06/2011	30/06/2010	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
BNDES	49.692	-	n.a	TJLP+2,45% a.a	junho-2021
Debêntures	386.390	-	n.a	IPCA+8,25%	janeiro-2023
Notas Promissórias	-	350.213	n.a	CDI+1,2% a.a	dezembro-2010
Dívida Total	436.082	350.213	17,4%		
Caixa e equivalentes de caixa	73.186	3.138	n.a		
Aplicação financeira vinculada (*)	8.356	-	-		
Dívida Líquida	354.540	347.075	5,2%		

(*) Refere-se ao valor de Títulos e Valores Mobiliários vinculados as debêntures

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na Companhia, no 1S11, totalizaram R\$ 32.002 mil, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pela concessionária.

CAPEX (em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Capex	22.328	27.262	-18,1%	32.003	69.630	-54,0%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Disclaimer

Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 30 de junho de 2011 compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As informações trimestrais são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários)

Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Notas Explicativas

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação e por perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

Notas Explicativas

2.7. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.8. Passivos financeiros

Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e notas promissórias. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Empréstimos, financiamentos notas promissórias e debêntures

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide notas explicativas nº 14, 15 e 16).

Notas Explicativas

2.10. Tributação

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição, não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

Notas Explicativas

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 21.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme a base histórica de perda.

2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

Notas Explicativas

2.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e notas promissórias, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia;

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.16. Informação contábil do valor adicionado (“DVA”)

Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

Notas Explicativas

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.17. Normas e interpretações novas e revisadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CFC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2011. A Companhia implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras, exceto pelos pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12, vigentes para períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2013, para os quais espera-se que os investimentos em controladas em conjunto da Companhia passem a ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas, não havendo efeitos no patrimônio líquido e lucro do período.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do "IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração".	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "Joint Ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes informações contábeis intermediárias.

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo ao invés de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas das IFRSs e as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no contrato de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 31.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar norte-americano, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Notas Explicativas

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste ao valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimativa para todo o período de concessão), descontados através da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide notas explicativas nº 18 e 19.
- b) Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 20.

Notas Explicativas

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das informações trimestrais, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Para permitir uma melhor comparação entre as demonstrações financeiras, foram feitas reclassificações nos saldos da demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, e demonstração do valor adicionado, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	2.691	1.670
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (*)	<u>70.495</u>	<u>3.986</u>
	<u>73.186</u>	<u>5.656</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas de 100,0 a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

Notas Explicativas**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Os títulos e valores mobiliários são investimentos de longo prazo.

30/06/2011

Certificados de Depósito Bancário - CDB

8.356

São formados por CDB e remunerados a taxa usada é de 102,72% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. As aplicações foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 16).

6. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico	7.128	8.723
Cupons de pedágio	2.816	223
Outros	<u>558</u>	<u>502</u>
	<u>10.502</u>	<u>9.448</u>

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	<u>10.465</u>	<u>9.448</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	<u>37</u>	<u>-</u>
	<u>10.502</u>	<u>9.448</u>

Notas Explicativas**7. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	351	134
Outros impostos a recuperar	<u>25</u>	<u>13</u>
	<u>376</u>	<u>147</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 30 de junho de 2011 é de R\$1.881 (R\$1.064 em 31 de dezembro de 2010) e é composto por prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>30/06/2011</u>
Adições	<u>6</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>6</u>

10. IMOBILIZADO

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>14.828</u>	<u>271</u>	<u>731</u>	<u>241</u>	<u>761</u>	<u>16.832</u>
Adições	2.634	22	12	-	97	2.765
Baixas	-	-	-	-	(43)	(43)
Depreciações	<u>(984)</u>	<u>(8)</u>	<u>(20)</u>	<u>(2)</u>	<u>(6)</u>	<u>(1.020)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>16.478</u>	<u>285</u>	<u>723</u>	<u>239</u>	<u>809</u>	<u>18.534</u>
Adições	899	130	37	-	44	1.110
Depreciações	<u>(1.067)</u>	<u>(10)</u>	<u>(21)</u>	<u>(2)</u>	<u>(10)</u>	<u>(1.110)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>16.310</u>	<u>405</u>	<u>739</u>	<u>237</u>	<u>843</u>	<u>18.534</u>
Taxas anuais médias de depreciação (%)	20,0	10,0	10,0	17,6	-	

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

11. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão	Intangível em andamento	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>677.529</u>	<u>949</u>	<u>702</u>	<u>679.180</u>
Adições	6.845	36	29	6.910
Baixas	(553)	-	-	(553)
Amortização	<u>(3.533)</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>	<u>(3.574)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>680.288</u>	<u>985</u>	<u>690</u>	<u>681.963</u>
Adições	21.162	55	1	21.218
Amortização	<u>(3.637)</u>	<u>-</u>	<u>(42)</u>	<u>(3.679)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>697.813</u>	<u>1.040</u>	<u>649</u>	<u>699.502</u>
Taxas anuais de amortização (%)	(*)	-	5,0	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão são reconhecidos ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das perdas tributárias e cíveis e dos eventos.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	46	30
Provisão para manutenção/obras futuras	(2.815)	(4.344)
Prejuízos fiscais	91	4.802
Outros	<u>(38)</u>	<u>(444)</u>
	<u>(2.716)</u>	<u>44</u>
Ativo diferido	4.315	4.832
Passivo diferido	<u>(7.031)</u>	<u>(4.788)</u>
	<u>(2.716)</u>	<u>44</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(843)	(664)
Imposto de renda diferido	<u>(2.030)</u>	<u>206</u>
	<u>(2.873)</u>	<u>(458)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(333)	(138)
Contribuição social diferida	<u>(730)</u>	<u>57</u>
	<u>(1.063)</u>	<u>(81)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.687	1.192
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(3.974)	(405)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>38</u>	<u>(134)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(3.936)</u>	<u>(539)</u>

Notas Explicativas

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	1.074	901
Cofins	479	507
PIS	104	110
Outros	<u>497</u>	<u>481</u>
	<u>2.154</u>	<u>1.999</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/6/2011</u>
Em moeda nacional:			
BNDES	15/6/2021	TJLP + 2,45% a.a.	<u>49.692</u>
			<u>49.692</u>
Circulante			<u>5.385</u>
Não circulante			<u>44.307</u>

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade, no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito no valor de R\$50.000, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a junho de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada indireta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, incluindo sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2011</u>
2012	2.462
2013	4.923
2014	4.923
2015	4.923
2016	4.923
Posteriores a 2016	<u>22.153</u>
	<u>44.307</u>

15. NOTAS PROMISSÓRIAS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>31/12/2010</u>
Itaú	Nacional	Dezembro de 2010	CDI + 1,2% a.a.	<u>373.337</u>

Em 8 de dezembro de 2010, a Companhia realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o valor total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano.

As notas promissórias foram quitadas em 18 de março de 2011.

16. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2011</u>
Principal corrigido	384.599
Remuneração (juros)	13.917
Custos com emissão de debêntures	<u>(12.126)</u>
	<u>386.390</u>
Circulante	<u>7.887</u>
Não circulante	<u>378.503</u>

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira séries no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

Notas Explicativas

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada ao ICPA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

<u>Descrição</u>	<u>Ecopistas</u>
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2011	1ª série – R\$1.039,46 2ª série – R\$1.039,46 3ª série – R\$1.039,46 4ª série – R\$1.039,46
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – Atualização Monetária anula pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)

Notas ExplicativasDescrição

Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)

Instituição depositária das debêntures
Local de pagamento
Instituição responsável pela conta de reserva
Agente fiduciário

Ecopistas

- a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da 1ª parcela a quantia equivalente a 3 vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida);
- b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação);
- c) No que se refere as Debêntures objeto da Escritura, constituição da quantia equivalente a próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das Debêntures (no dia seguinte à liquidações das Debêntures)
- Itaú Unibanco S.A.
CETIP e/ou BOVESPAFIX
Itaú Unibanco S.A.
Planner Trustee DTVM Ltda

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2011</u>		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	18.202	(541)	17.661
2013	36.229	(1.083)	35.146
2014	36.229	(1.083)	35.146
2015	36.229	(1.083)	35.146
2016	36.229	(1.083)	35.146
a partir 2017	<u>226.429</u>	<u>(6.171)</u>	<u>220.258</u>
	<u>389.547</u>	<u>(11.044)</u>	<u>378.503</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,00, obtido pela razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,20. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
		<u>370.000</u>	<u>(12.668)</u>	<u>357.332</u>		

Notas Explicativas**17. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de junho de 2011, os saldos relativos a operações com empresas relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>	<u>Natureza</u>	Ativo não	Passivo	Passivo Não	
		circulante	circulante	Circulante	
		<u>Imobilizado</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Mútuos</u>	<u>Outros</u>
Elog S.A	Outras partes relacionadas	-	-	-	39
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	439	127.791	
Total em 30 de junho de 2011		-	439	127.791	39
Total em 31 de dezembro de 2010		57.886	644	106.552	-
<u>Demonstração do resultado</u>				<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta			880	25.574
Total em 30 de junho de 2011				880	25.574
Total em 31 de dezembro de 2010				1.872	5.328

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$8.016, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 8 de outubro de 2010 ocorreu um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia, em 30 de junho de 2011 há um saldo em aberto de R\$127.791, com vencimento até 31 de dezembro de 2012

Em 30 de junho de 2011, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período findo em 30 de junho de 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em de 31 de dezembro de 2011 em R\$834.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	214	369
Benefícios diretos e indiretos	<u>221</u>	<u>238</u>
	<u>435</u>	<u>607</u>

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, sendo ajustados a valor presente com a taxa de 10,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem a cada cinco anos.

Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	5.681	4.332
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(1.358)</u>	<u>(1.136)</u>
	<u>4.323</u>	<u>3.196</u>
Circulante	<u>542</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>3.781</u>	<u>3.196</u>

Notas Explicativas**19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 10,73% ao ano.

Em 30 de junho de 2011, o saldo é de R\$12.016 (R\$11.403 em 31 de dezembro de 2010) e está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.270	13.270
Ajuste a valor presente	<u>(1.254)</u>	<u>(1.867)</u>
	<u>12.016</u>	<u>11.403</u>
Circulante	<u>9.537</u>	<u>6.446</u>
Não circulante	<u>2.479</u>	<u>4.957</u>

20. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas variáveis	<u>480</u>	<u>507</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Notas Explicativas

21. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis está demonstrado a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/06/2011</u>
Cível (a)	80	25	5	110
Trabalhista (b)	<u>8</u>	<u>15</u>	<u>1</u>	<u>24</u>
	<u>88</u>	<u>40</u>	<u>6</u>	<u>134</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam em 30 de junho de 2011 R\$672, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R\$191.725 é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a composição acionária é conforme segue:

Eventos societários

Em 31 de maio de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$19.779, correspondente a 19.779.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$105.725, correspondente a 105.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de junho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$34.000, correspondente a 34.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$139.725, correspondente a 139.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Em 29 de julho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$24.500, correspondente a 24.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$164.225, correspondente a 164.225.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$27.500, correspondente a 27.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$191.725, correspondente a 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Os aumentos de capital foram subscritos e totalmente integralizados pela acionista EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social, até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

Notas Explicativas

23. RECEITA LÍQUIDA

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	41.076	38.612
Pedágio por equipamento eletrônico	47.376	35.615
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>3.174</u>	<u>2.031</u>
	91.626	76.258
Receita de construção	34.860	64.016
Receitas acessórias (*)	<u>4.195</u>	<u>5.282</u>
	39.055	69.298
Receita bruta	<u>130.681</u>	<u>145.556</u>
Deduções da receita	<u>(8.260)</u>	<u>(7.021)</u>
Receita líquida	<u>122.421</u>	<u>138.535</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, publicidade, implantação e concessão de acessórias.

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Pessoal	8.373	8.026
Conservação e manutenção	4.780	5.036
Serviços de terceiros (*)	8.970	9.223
Seguros	1.170	2.320
Poder Concedente	2.875	2.446
Provisão para manutenção	955	1.174
Custos com construção	34.860	64.016
Depreciação e amortização	9.383	7.543
Locações	996	1.073
Outros	<u>3.707</u>	<u>3.431</u>
	<u>76.069</u>	<u>104.288</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	68.648	94.881
Despesas gerais e administrativas	<u>7.421</u>	<u>9.407</u>
	<u>76.069</u>	<u>104.288</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

Notas Explicativas**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	12.873	967
Outras	<u>6</u>	<u>66</u>
	12.879	1.033
Despesas financeiras:		
Juros sobre notas promissórias	(9.314)	(19.329)
Juros sobre debêntures	(14.056)	-
Juros sobre financiamentos	(524)	-
Variação monetária sobre direito de outorga	-	(13.874)
Variação monetária sobre debêntures	(14.599)	-
Amortização custo com emissão de debêntures	(430)	-
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - ICPC 01	(783)	(594)
Juros sobre contrato de mútuos	(7.113)	-
Outras	<u>(723)</u>	<u>(296)</u>
	(47.542)	(34.093)
Resultado financeiro	<u>(34.663)</u>	<u>(33.060)</u>

26. LUCRO POR AÇÃO

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro básico por ação das operações	<u>0,04</u>	<u>0,005</u>

b) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>7.751</u>	<u>653</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>191.725</u>	<u>139.725</u>

c) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

Notas Explicativas

27. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No período de 30 de junho de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$300 (R\$94 em 30 de junho de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo risco de câmbio e de taxa de juros), de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas estratégicas definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas e define limites percentuais de alocação de recursos e de valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São classificadas como mantidas para negociação. Em 30 de junho de 2011, as aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,72% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Notas Explicativas

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2011 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.691	2.691
Clientes	10.502	10.502
Aplicações financeiras	70.495	70.495
Passivos:		
Fornecedores	8.877	8.877
Debêntures	386.390	388.322
Credor pela concessão	480	480

a) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e notas promissórias de curtos e longos prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

c) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Notas Explicativas

- e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de “performance”.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA, principal indicador das debêntures contratadas pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Debêntures	IPCA	<u>363.775</u>	<u>406.265</u>	<u>448.774</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III 50%</u>
IPCA (*)	<u>6,81%</u>	<u>8,52%</u>	<u>10,22%</u>

(*) Refere-se à taxa do IPCA em 30 de junho de 2011.

29. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de junho de 2011, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$49 (R\$38 em 30 de junho de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

30. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho/2011 a junho/2012	157.470
Responsabilidade civil	Junho/2011 a junho/2012	183.944
Riscos patrimoniais	Junho/2011 a junho/2012	1.831.294
Riscos - perda de receita	Junho/2011 a junho/2012	183.944
Riscos de engenharia	Junho/2011 a junho/2012	33.385

31. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

Notas Explicativas

- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	34.860	64.016
Custos de construção	<u>(34.860)</u>	<u>(64.016)</u>
	=====	=====

Em 30 de junho de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$355.699 (R\$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

32. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

33. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de agosto de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o semestre e trimestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA") referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermederiárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ismar de Moura
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 179631/O-2